

DESENVOLVIMENTO, EXTENSÃO RURAL E GÊNERO: o “social” e suas metamorfoses na ascar

Lucas Woltmann¹

Resumo: Esta pesquisa reside no estudo da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), prestadora de serviços de extensão rural desde 1955. Estruturada em duas áreas de atuação, “técnica” e “social”, atento, sobretudo, à segunda, materialização do campo de conhecimentos e intervenção surgida no século XIX a partir da emergência do Estado de bem-estar social, no qual temas como pobreza, saúde e educação se converteram em problemas que requeriam formas de planejamento social e de intervenção, visando seu ajustamento a parâmetros modernos de vida e de pensamento. Sendo a área “social” historicamente associada às mulheres, como promotoras e assistidas da extensão rural, o objetivo da pesquisa consiste em compreender que papéis as relações de gênero desempenharam na história da instituição, buscando analisar suas implicações contemporâneas. Para tal, foram realizadas análises documentais e entrevistas junto a quinze extensionistas, interpretando-as à luz de conceitos e problemas ligados a gênero e ao discurso desenvolvimentista. Os resultados parciais apontam a existência de disputas internas na instituição em virtude de uma histórica desvalorização da área “social”, das mulheres que a praticam e dos saberes que aportam, movimentos que, associados às metamorfoses na extensão rural e ao risco de perda da certificação socioassistencial cedida à associação, conduzem a um repensar do papel desses agentes e da extensão rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento; gênero; extensão rural; assistência social.

Abstract: This research resides in the study of the *Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)*, provider of rural extension services since 1955. Structured in two areas of activity, "technical" and "social", attentive especially to the second, materialization of the field of knowledge and intervention emerged in the nineteenth century from the emergence of the welfare state, where issues such as poverty, health and education became problems that required forms of social planning and intervention aimed at adjusting to modern parameters of life and thought. As the "social" area historically associated with women, as promoters and assisted rural extension, the objective of the research is to understand what role gender relations played in the history of the institution, seeking to analyze its contemporary implications. For that, documentary analyzes and interviews with fifteen agents were carried out, interpreting them in the light of concepts and problems related to gender and developmental discourse. The partial results indicate the existence of internal disputes in the institution due to a historical devaluation of the "social" area, the women who practice it and the knowledge they provide, movements that, associated with the metamorphoses in rural extension and the risk of losing certification social assistance provided to the association, lead to a rethinking of the role of these agents and rural extension.

Keywords: Development; gender; rural extension; social assistance.

¹ Graduado em Políticas Públicas, graduando em Letras (Português e Literaturas) e mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste no estudo da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), prestadora de serviços de extensão rural desde 1955, que em 1980 passou a operar de forma conjunta com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), criada em 1977. No Brasil e no Rio Grande do Sul, a institucionalização desses serviços teve apoio e financiamento norte-estadunidense, inclusive reproduzindo seu modelo e sua filosofia de trabalho, e segmentado os campos de atuação em duas atividades distintas, mesmo que complementares: a promoção de saberes e técnicas em agricultura e economia doméstica, estruturados numa associação de gênero específica, homem-técnico-produtivo e mulher-social-reprodutivo. A racionalidade era simples: o aumento da produtividade somado a “melhorias” nas condições de vida conduziria ao “bem-estar” das famílias rurais. No caso da ASCAR, e mais tarde da EMATER/RS, as áreas acabaram mudando de nomenclatura, mas em boa parte de sua história reproduziram esse esquema de gênero. Para facilitar o entendimento, optei por qualificar o setor “agrícola”, “agropecuário”, como “técnico-produtivo”, enquanto o setor de “economia doméstica”, “bem-estar social” e, hoje, “núcleo social”, de “social”.

Como o título do trabalho denuncia, meu interesse recai sobre o âmbito “social”, a materialização do campo de conhecimentos e intervenção surgido no século XIX a partir da emergência do Estado de bem-estar social, quando temas como pobreza, saúde, higiene e educação se converteram em problemas que requeriam formas de planejamento social e intervenção visando seu ajustamento a parâmetros modernos de vida e de pensamento (ESCOBAR, 2007). Minha opção responde a pouca ou a nenhuma atenção que a área ganha na literatura científica sobre o tema, que se dá somente através de descrições sucintas e acríticas a respeito (RODRIGUES, 1997; CAPORAL, 1991; DEPONTI, 2010; DIAS, 2007; 2008). Haveria, dessa forma, uma “indiferenciação do trabalho, que aparece como universal”, uma vez que “o conflito capital versus trabalho não traz à baila” especificidades do “trabalho feminino em relação ao masculino”, tanto para assistidos/as quanto para os/as funcionários/as dos serviços de extensão rural (PINHEIRO, 2016 p. 4).

Pensar no “social” da ASCAR é problematizar a constituição do espaço doméstico e das mulheres (mães, avós e filhas) como objetos de intervenção visando à promoção de processos de mudanças individuais e familiares pelo desenvolvimento. Por estar historicamente associada às mulheres, promotoras e assistidas dos serviços de extensão rural, o objetivo deste artigo consiste em compreender que papéis as relações de gênero desempenharam na história da associação, buscando analisar suas implicações contemporâneas. Para tal, foram realizadas análises documentais junto à biblioteca da associação, o que inclui relatórios institucionais, planos de trabalho, marcos referenciais, guias para a atuação de agentes, projetos da empresa, livros, revistas e artigos institucionais, e entrevistas semiestruturadas junto a quinze extensionistas rurais vinculados e aposentados da EMATER/RS-ASCAR, diversos em termos de idade, de gênero, de formação e de posição na associação. Interpreto e analiso esse material à luz de conceitos e de problemas ligados a gênero e ao discurso desenvolvimentista, em especial a literatura pós-estruturalista e pós-colonial, incluindo autores como Jacques Donzelot (1980), Michel Foucault (1999), Santiago Castro-Gómez (2007), Arturo Escobar (2007), Gayatri Chakrabarty Spivak (2010), Stuart Hall (2016) e outros/as.

Além dessa breve introdução, o artigo possui quatro capítulos, sendo um deles desmembrado em duas seções para facilitar a compreensão do leitor. O segundo capítulo narra o surgimento da ASCAR e o discurso que inicialmente justificou seu trabalho, o que envolve promessas de um mundo moderno e uma abordagem biopolítica. O terceiro, por sua vez, consiste na descrição do trabalho “social” realizado por e para mulheres, analisando o que era projetado junto às assistidas e ao tratamento que as mulheres, quase totalidade de agentes da área “social” da ASCAR e EMATER/RS, recebiam. Esses dois capítulos narram, com maior ênfase, o período entre 1955 e 1990, ainda que em alguns momentos isso varie. No quarto e último capítulo, analiso alguns dos fatores que, quando inter-relacionados, acabaram gerando questionamentos e espaços para mudança da associação a partir de 1992, processo que segue em curso. Ao fim, em um breve capítulo final, faço um balanço das análises realizadas nos quatro primeiros capítulos.

ESTÓRIAS SOBRE UM FUTURO MODERNO: A FÁBULA DA MODERNIZAÇÃO E A ABORDAGEM BIOPOLÍTICA (1955-1990)

Atendendo a interesses de associações rurais, comerciais, industriais e do sindicato dos bancos do Estado do RS, em 1955 é criada a ASCAR (CAPORAL, 1991). Neste ano, contando com o apoio do Escritório Técnico Brasil – Estados Unidos (ETA), organismo associado ao Ponto IV de Henry Truman, teve início o “ETA - Projeto 11 - ASCAR” (ASCAR, 1956; 1968). Após um ano de trabalho, a ASCAR contava suas intenções:

Não se trata apenas de um trabalho de assistência ou de fomento. Sua ação é mais profunda, procurando atuar sobre a mentalidade do agricultor e leva-lo a mudanças de atitude. [...] É preciso fazer com que os preceitos em uso durante gerações inteiras sejam abandonados. Hábitos rotineiros devem ser substituídos por métodos mais racionais e técnicas mais atualizadas. Cumpre vencer o excessivo apego a costumes tradicionais. Há muitas inovações a introduzir, tudo para produzir mais (ASCAR, 1956 p. 8).

Para a ASCAR (1956 p. 8), as “mudanças de atitude, hábitos e adoção de novas práticas” seriam “fundamentais para o progresso rural”, o que era justificado por meio de repetidas intensificações: a utilização de métodos “mais racionais” e técnicas “mais atualizadas”, tudo visando “produzir mais”, ancorado no signo da modernidade e na superação do subdesenvolvimento, haja vista que, essas intensificações, se contínuas, levariam ao “desenvolvimento”, ou seja, “mudanças sucessivas e contínuas, mudanças para melhor, na escalada gradual do nível de vida, que representa [...] a conquista do desenvolvimento” (ASCAR, 1974 p. 9). O paradigma que subsidiou o tipo de trabalho da associação até, aproximadamente 1990, foi a teoria da modernização. Essa teoria pregava a “necessidade” de os países “subdesenvolvidos” seguirem os rumos dos países industrializados que se autodeclararam “desenvolvidos”, o que envolvia desde a incorporação de conhecimentos e tecnologias até atitudes empresariais mais “modernas”, tudo visando superar os atributos com os quais o terceiro mundo acabou associado, como “pobres”, “atrasados”, “ignorantes” e outros adjetivos pejorativos que, ressignificados, acabaram reciclando algumas concepções, termos e conotações evolucionistas do século XIX, adequando-as ao “espírito dos novos tempos” (FERGUSON, 2005).

As populações rurais se tornaram objetos de intervenção pelo seu lado negativo, “por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade”, não por aquilo que eram, mas pelo que “gostariam” que elas fossem (MARTINS, 2001 p. 32). Esse paradigma gerou um diagnóstico repleto de “deficiências” na população rural gaúcha. O cenário seria complicado, já que uma higiene ruim causaria “doenças endêmicas responsáveis pelo atraso físico e mental”, sendo “resultantes de má higiene ambiental; saneamento básico deficiente: água, canalização descuidada, destino das águas servidas e desejos; destino do lixo descuidado, pragas e infecções domésticas” (ASCAR, 1974b p. 5). Quanto à alimentação, a dinâmica não seria diferente, pois considerando a “escassez” de alimentos e a “má qualidade dos produtos disponíveis”, as populações teriam “desconhecimento das mínimas regras e princípios de boa alimentação” (ASCAR, 1974b p. 5).

Na perspectiva da ASCAR, haveria um “círculo vicioso” entre “pobreza, ignorância e doença” (ASCAR, 1974 p. 15), o que poderia causar impactos negativos na produção e na produtividade agrícola, historicamente o maior objetivo da associação. Para a ASCAR, “assegurando padrões mínimos de saúde” e de “eficiência às comunidades rurais, obter-se-á uma população com mão de obra qualificada e produtiva capaz de suprir suas necessidades e desenvolvendo-se social e tecnicamente” (ASCAR, 1974 p. 15), haja vista que:

A ignorância é o maior obstáculo ao desenvolvimento de um país. De fato, a ignorância impede que o indivíduo se defenda das doenças, o que o torna vítima de inferioridade física e mental, incapaz de produzir o suficiente para si próprio, para sua família, e, contribuir para a evolução da comunidade. [...] se o subdesenvolvimento reside na ignorância, não será somente a entrada de maior renda que irá inferir em todo o complexo econômico, quer familiar ou mesmo de uma nação (ASCAR, 1974 p. 16)

Isso, na verdade, responde ao objetivo central do trabalho “social” para a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), órgão criado em 1956 para coordenar nacionalmente as diretrizes e o objetivo do trabalho das ACAR’s semelhantes que eram criadas no Brasil. Se por um lado haveria o diagnóstico a respeito da “ignorância” das populações rurais em produzir sem a racionalidade e os instrumentos modernos veiculados pela

revolução verde, a missão do agente homem responsável pelo setor “técnico”, a “ignorância” das populações subdesenvolvidas tinham outra face, se manifestando em sua vida doméstica e, mais precisamente, nos hábitos de saúde, de higiene e de alimentação, considerados ruins para a ASCAR e ABCAR, uma vez que poderiam gerar a redução ou o enfraquecimento da “força de trabalho” na agricultura. Segundo a ABCAR:

[...] é preciso moderar a intensidade do êxodo rural, até que a economia global do país alcance um estágio de desenvolvimento compatível com a utilização plena de sua força de trabalho. Impõe-se, para isso, a melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural – um dos grandes desafios que a nação enfrenta (ABCAR, 1970 p. 80-81). [...] Outra face do problema do bem-estar social de uma população é o seu estado sanitário, efeito imediato da alimentação e mediato da educação. Conquanto depois de algumas décadas de luta os progressos médicos tenham proporcionado uma forte redução das doenças de massa, as más condições sanitárias subsistem no Brasil, como, de resto, na maioria dos países do Terceiro Mundo [...]. Esse grupo de doenças afeta a população em proporção tão elevada que contribui em margem substancial para entravar o desenvolvimento econômico e social do país. Estima-se que o estado sanitário deficiente influi expressivamente na vida econômica e social, reduzindo a produtividade individual em percentagens que variam, em muitos casos, de 30% a 60%. [...] Daí se infere a íntima dependência entre os problemas de saúde, alimentação, educação e produtividade [...] (ABCAR, 1970 p. 84-85).

Não nego a existência de problemas em condições sanitárias, de pessoas malnutridas e etc., não é disso que se trata. Negar isso seria não reconhecer a existência de desigualdades sociais significativas no Brasil. Todavia, creio que o mais relevante nesse e em outros relatos seja essa relação causa-efeito. A ideia seria simples: problemas de saúde e de higiene tornariam os sujeitos “vítimas” de “inferioridade física e mental”, que, quando associados ao êxodo rural, estariam prejudicando o uso pleno da “força de trabalho” e, assim, o “desenvolvimento econômico e social” do país. A responsabilidade do âmbito “social” da ABCAR, nesse sentido, parece tributária ao “técnico” na medida em que, quando não contempladas as condições sanitárias idealizadas e etc., isso poderia gerar uma redução da “produtividade individual” em percentagens que podiam variar entre “30% a 60%”. A ASCAR e a ABCAR estavam preocupadas com a saúde da população rural trabalhadora, população cuja saúde está diretamente ligada à produção e à produtividade. Se o “problema”, ao fim, reflete

um “problema de trabalho”, a solução seria intervir no lar e na família, e como a má saúde era, segundo raciocínio das associações, provocada por comportamentos e por hábitos ligados à “pobreza” e à “ignorância” dessas populações, era necessário intervir procurando “melhorar” suas condições físicas, seu modo de viver e seus valores.

Como resposta, era idealizado promover mudanças de hábitos de saúde, de higiene e de alimentação das famílias rurais, não mais enraizados em costumes e tradições, mas, sim, em orientações qualificadas como “modernas”, “racionais” e “científicas”. Isso é o que Escobar (2007 p. 51) acreditou ser o “aspecto mais significativo” do fenômeno que envolve a “guerra contra a pobreza” no “terceiro mundo” e tudo o que isso envolve no campo de conhecimentos e intervenção do “social”: o estabelecimento de “aparatos” de conhecimento e de poder que se dedicam a “optimizar la vida produciéndola bajo condiciones modernas y ‘científicas’”. Considerando as duas áreas de trabalho da ASCAR e da ABCAR, temos o desenvolvimento funcionando com pretensões “biopolíticas” (FOUCAULT, 1999), uma vez que mobiliza “tecnologias de poder” que procuram “regular” e “otimizar” a vida, viabilizando que as populações tivessem o acesso a “una vida productiva al servicio del capital” (CASTRO-GÓMEZ, 2007 p. 156). E isso se daria não através de um poder “punitivo”, mas através de “conselhos” articulados com base em uma “norma preservadora” (DONZELOT, 1980).

Como analisa Castro-Gómez (2007 p. 156-157), a abordagem biopolítica buscou a manutenção de um “tipo desejado de população” que responde a um “protótipo de normalidade”, levando à “exclusão” das populações que não se ajustam à “população desejada”. Ainda que o discurso da ASCAR fale sobre “pobreza”, “ignorância” e termos pejorativos semelhantes, tais questões estavam associadas à imagem de um país “subdesenvolvido” e não refletiam um tipo de opção por trabalhar com populações que estavam em maior vulnerabilidade no Estado do RS, antes o contrário, ela buscava investir na “família rural com alta rentabilidade” (ASCAR, 1974 p. 14). O foco do trabalho seriam populações que dariam “retorno” ou “resposta” econômica (Entrevistados/as nº 4, Abril/2017, 5 e 9, Maio/2017).

Para atuar junto ao espaço doméstico, em hábitos de saúde, de higiene e de alimentação das famílias rurais, as mulheres foram escolhidas como mecanismo chave de intervenção, haja vista a possibilidade de, quando atuando em casa, “irradiar” as condutas desejadas pelos aparatos de ATER junto a membros das famílias, o que reflete, é claro, práticas representacionais que naturalizaram as mulheres à preservação e à reprodução da vida. Uma entrevistada fala sobre o surgimento de ASCAR e de associações semelhantes, citando o papel atribuído ao “social” e às mulheres na extensão, complementares ante à ocupação “técnica-produtiva”:

[...] o extensionista social, ele já estava lá na gênese, ele já estava lá, ele fazia parte de um pacote, que era a coisa assim de reconhecer que no meio rural havia muita miséria, muita pobreza, muita inocuidade mesmo e que precisava ter um profissional que trabalhasse com isso. Porque não uma mulher que é o ser humano ocupado com o cuidar né, e de formação magistério, professora, aquela que ia lá educar, ensinar a dar banho nas crianças, ensinar a cuidar a casa, ensinar a cuidar os arredores, essa era a função. Mas o principal, o que se esperava daquela família era que ela começasse a produzir e produzir com fôlego para comercializar, e quem ia fazer isso era o engenheiro agrônomo ou técnico agrícola, essa é a ocupação econômica, importante, é ali que está investido um pacote de insumos e de profissionais que se espera que deem resposta, inclusive para sustentar a própria instituição. Então isso não muda de uma hora para outra (Entrevistada nº 10, Maio/2017).

Não muda mesmo. Na verdade, podemos notar que, no ano de 1991, as preocupações biopolíticas da ASCAR, e já da EMATER/RS, seguem contendo conceitos semelhantes às décadas de 1950 e de 1970, como “subdesenvolvimento”, “pobreza”, agora associados à “fome” e à “marginalização social”, mantendo-se a correlação entre a boa saúde da população rural e a produtividade agrícola, entrelaçando a saúde dos assistidos para com sua eficiência como força de trabalho: a “desnutrição está intimamente relacionada à pobreza que leva à marginalização social, ao subdesenvolvimento e, conseqüentemente, à fome” problema de “ordem política, social e econômica”, pois sem “uma alimentação adequada é impossível ao homem ter uma boa saúde e responder como força de trabalho eficiente”, o que é “preocupante quando temos uma grande parte da população (70%) mal nutrida” (EMATER/RS-ASCAR, 1991 p. 123). As mulheres, portanto, tinham um papel a cumprir para o desenvolvimento e o bem-estar das famílias: a elas caberiam a “tarefa

secundária” de ensinar e de cuidar de assuntos ligados ao “bem-estar”, à higiene e à saúde da família, “controle de verminoses e demais doenças que reduzem a capacidade produtiva”, aspectos determinantes visando a “reprodução da força de trabalho no campo” (PINHEIRO, 2016 p. 33-34).

O “SOCIAL” E AS MULHERES: UMA HISTÓRIA DE NATURALIZAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES POR GÊNERO

Certamente, as famílias são capazes o bastante para serem “motor de evolução por si só”, mas o são em parte pela “acoplagem com outros vetores, da mesma forma que os outros vetores entram em relações de acoplagem ou de cruzamento para agirem sobre ela” (DONZELOT, 1980 p. 6). É esse o espaço ocupado pela ASCAR e por outras instituições voltadas a lidar com a mulher rural por meio de saberes e de práticas em economia doméstica. Inicialmente o cargo era ocupado por uma “supervisora em economia doméstica” (ASCAR, 1956), mas a partir de 1961 passaram a ser chamadas de “Agentes de Extensão em Economia Doméstica” (AEED) (ASCAR, 1974 p. 28), ganhando outros nomes ao longo do tempo, como “extensionista de bem-estar social” e “extensionista social rural”, por exemplo. O interesse para mim, no entanto, não é rigor dessa conceitualização, antes suas proposições e as representações nas quais estão arraigadas. Eram mulheres com formação em magistério ou em economia doméstica que deveriam atuar junto a mulheres rurais (mães, avós, filhas). Um trabalho feito para e por mulheres. Essas atividades já possuem, em si, um caráter paradoxal (LOPES, 1995), uma vez que as mulheres atuavam fora do âmbito do lar para promover padrões de feminilidade que associavam a mulher a sua “função natural” para a reprodução e manutenção da saúde da família através de sua atuação como “doméstica”.

PARA MULHERES: MÃES, AVÓS, JOVENS E SUAS OBRIGAÇÕES PARA COM A SOCIEDADE DE AMANHÃ (1955-1990)

Para a ASCAR, o papel das agentes de extensão em economia doméstica seria “capacitar” as “senhoras rurais” para “melhor organizar e administrar” seu lar “em termos de conseguir uma melhor saúde, melhor habitação, melhor alimentação, maior segurança e maior satisfação a todos os membros da família” (ASCAR, 1975, s/p), mostrando que o desenvolvimento segue guiado por

intensificações. Para Guilhermina Petzold, à época chefe do Setor de Economia Doméstica da ASCAR, no *Encontro de Economia Doméstica* realizado em 1961, na cidade do Rio de Janeiro, os projetos buscavam “solucionar os problemas” relacionados à higiene, à saúde, à habitação rural, à alimentação, ao vestuário e promover atividades com jovens rurais (BRASIL, 1961 p. 37). Isso incluía a “higiene da moradia” e de arredores, fontes e tratamentos de água, em hábitos higiênicos, noções de puericultura, informações sobre exames médicos, endemias, primeiros socorros e recreação (excursões e etc.) (BRASIL, 1961). Uma entrevistada conta o tipo de trabalho que realizou na associação entre 1970 e 2000:

A gente ia ensinando e elas iam aderindo. Por exemplo assim ó, da maneira que era para colocar as coisas na cozinha, sabe, elas aceitavam né, essas mudanças. Porque na época que eu comecei a trabalhar lá em [município] não tinha nada disso. Elas só tinham uma casa, mas não tinham nada direitinho sabe. Daí então eu fui ensinando, fui falando a maneira que era para colocar os móveis, e elas foram aceitando. *[E esses ensinamentos, tu teve nos cursos preparatórios?]* Teve coisas que fui por conta, tinha que, né. *[Como tu buscava as informações para passar pra elas?]* Bom, assim... na minha casa era tudo organizado assim sabe, daí eu passava pra elas (risos). *[Usar a experiência do dia a dia?]* É, exatamente. É como alimentação sabe, que como lá em casa a minha mãe produzia, e ela também produzia... ela fazia muitas compotas, muitas geleias... Daí eu fazia isso com elas sabe, porque isso é importante né. Daí ensinava a fazer geleias e coisas assim. [...] *[Tu disse que dava palestras sobre saúde, como eram?]* Era umas vinte, vinte e poucas mulheres sempre né, era importante. E daí eu dava sobre prevenção de HPV, essas coisas tudo, ou levava uma médica junto, dentista, tudo. Isso sempre levava junto. Daí era dado essas palestras. *[Era mais trabalho em grupo?]* Sempre em grupo, que eu trabalhava, porque individual eu achava que era perda de tempo, porque tinha que reunir as mulheres assim em grupo. Daí eu reunia e ia dando as palestras (Entrevistada nº 2, Abril/2017).

Citando atividades ligadas à alimentação, a palestras de saúde e de higiene e à preferência por metodologias grupais (grupos de mulheres, mães, avós e jovens), parece relevante o fato de a agente mobilizar saberes e técnicas mantidas por sua mãe junto às assistidas. Análises restritas aos documentos apontariam somente para o quão “científico” deveria ser essa “extensão no lar”, quando na verdade, experiências pessoais e referências familiares também eram usadas como um subsídio para as suas ações profissionais. Na visão de Emma Siliprandi (2002), coordenadora de um grupo de trabalho formado pela associação em 2002 para repensar o “social”, pelas metodologias e o tipo de abordagem utilizada para o trabalho com as mulheres rurais, haveria uma

negação do “papel” das mulheres como “agricultoras”, haja visto que, promovendo paradigmas de feminilidade que associavam as mulheres ao doméstico, ajudaram a, mesmo sem intenção, consolidar a ideia de que haveria “um lugar separado entre as mulheres e os homens no meio rural”, assumindo a “divisão sexual do trabalho que, na prática, negligenciava o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura” (SILIPRANDI, 2002 p. 41).

O trabalho com jovens rurais, inclusive, reproduzia essa divisão social do trabalho. A orientação era “proporcionar” conhecimentos modernos e práticas em agricultura e em economia doméstica, preparando “rapazes e moças” para o exercício das “responsabilidades que lhes cabem na construção do bem comum” (ABCAR, 1959 p. 11). A divisão social do trabalho com os adultos mantinha-se com a juventude rural pela crença de que, a “psicologia feminina” seria “diferente da masculina”, e a “diferença se acentua[ria] na idade adulta” (ABCAR, 1964 p. 4). Baseada nesse pressuposto, a ASCAR trabalhava para que, “cada um deles, tanto meninos como meninas”, elaborassem junto com os extensionistas “um plano de trabalho”, um “projeto” que atendesse “suas necessidades e possibilidades, dentro de um assunto específico”, o que incluía “projetos sobre horta, plantio de milho híbrido, batatas, etc. para meninos; vestuário, nutrição, carpintaria, etc. para meninas” (ASCAR, 1956 p. 10). Para ela, era preciso “incentivar todas as jovens deste mundo moderno a se prepararem convenientemente” para “desempenhar a nobre missão de esposa e mãe” (ASCAR, 1974 p. 8). Esses projetos visavam à socialização da juventude rural com base em suposições que naturalizavam diferentes personalidades e papéis na família (ZABALA, 2005), uma divisão social do trabalho ligado a características e aptidões “naturais” que justificavam sua predeterminação.

Tal como sugere Isabel de Almeida Serrano em seu livro *Noções de Economia Doméstica* (1958 p. 15), que, como a marcação na contracapa sugere, pertencia à divisão de Economia Doméstica da ASCAR, na seção “Explicações necessárias”, “desde a infância” as “pertencentes ao sexo feminino” tenderiam a manifestar uma “acentuada tendência para os misteres domésticos”, “misteres sublimes para os quais nascemos”. Esses “misteres” seriam “naturais”, portanto, capazes de reduzir e de essencializar as mulheres rurais à sua “função social” como mãe e como esposa. Se essa “missão” ou “função” não fosse cumprida,

as mulheres poderiam gerar “males a si própria, aos seus e à sociedade” (SERRANO, 1958 p. 23). No decorrer do Encontro de Economia Doméstica realizado no Rio de Janeiro em 1961, apresentadores de diferentes instituições (ASCAR, ABCAR, ACAR-RJ, Serviço Social Rural, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Serviço de Informação Agrícola e etc.) associaram a mulher rural a sua “domesticidade”, seu papel como “guardiã” da moral religiosa e da “civildade” da família rural e da sociedade, quando restrita ao “lar”, reclusa “dentro de seu pequeno mundo”, (BRASIL, 1961 p. 20-24). Na verdade, para seus apresentadores, a saída das mulheres do âmbito doméstico seria possivelmente a causa de grandes problemas da sociedade, motivo de desestruturação familiar e dos problemas sociais que daí decorreriam, como pobreza urbana e rural, jovens “marginais”, prostituição e etc. (BRASIL, 1961).

As mulheres também acabaram associadas a noções de sensibilidade, ao acesso a “fantasia” e ao “sonho”, ao fardo de mantenedora das “lendas” e do imaginário popular da nação (BRASIL, 1961 p 15-16), semelhante a diferentes esforços pós-coloniais de “construção da nação” que acabaram por designar às “mulheres” o cargo de portadoras de tradições associadas ao passado histórico e mítico das nações (UNGER, 2010). Enfim, as mulheres rurais foram reduzidas e essencializadas a atributos associadas ao cuidado, à preservação da saúde e higiene, aos hábitos alimentares, à reprodução da vida, à manutenção da moralidade e da civildade das famílias rurais e, portanto, da sociedade, tudo justificado por sua “natureza” específica e reforçando a feminização de atividade ligadas à vida e ao cuidado. Essas estereotipagens refletem diferentes práticas representacionais que, estabelecendo a “cisão” entre o aceitável e o inaceitável, privilegiam uma imagem particular de algum fenômeno ou sujeito, processo que tende a ocorrer justamente onde existem desequilíbrios de poder e são dirigidos contra algum grupo ou sujeito “subordinado ou excluído” (HALL, 2016 p. 192).

Por mais que as assistidas da ASCAR guardassem interesses e desejos particulares, elas tinham um pesado papel a cumprir à família, à sociedade e ao desenvolvimento do país, responsabilidades que aparatos de ATER precisavam racionalizar através de conhecimentos e práticas em economia doméstica. Como resultado, os desejos das “mulheres rurais” acabam confiscados, não cabia mais fazer o mesmo, era imperativo se adequar ao futuro, cientificizado, racionalizado,

otimizando o lar, mesmo que essa perspectiva de futuro promova uma antiga subalternização, que envolve o afastamento da mulher rural da apropriação econômica da produção rural. Interpretando a difusão dos serviços de ATER à parcela “subdesenvolvida” do “terceiro mundo” como um processo de cunho “imperialista” (CAPORAL, 1991; PINHEIRO, 2016), seria possível pensar na “imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade” sendo caracterizada “pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie” (SPIVAK, 2010 p. 98).

POR MULHERES: DIFERENCIAÇÕES E SUBALTERNIZAÇÃO ENTRE FUNCIONÁRIAS DO “SOCIAL” DA ASCAR (1955-2010)

[...] a EMATER é uma casa de homens né, muito mais homens do que mulheres, porque começou com mais agrônomos, veterinários, enfim, técnicos agrícolas, e a área social é bem menor (Entrevistada nº 6, Maio/2017).

O trabalho “social” da ASCAR, depois junto a EMATER/RS, historicamente assumiu um caráter complementar e secundário frente às ocupações “técnico-produtivas” (EMATER/RS-ASCAR, 2006; CAPORAL, 1991; Entrevistadas nº 9, 10 e 11, Maio/2017). Isso, por conseguinte, parece refletir na estruturação do quadro funcional e na hierarquia organizacional da associação. Entre agentes de campo, ao menos na década de 1970, profissionais ligadas ao âmbito “social” deveriam responder pelo escritório apenas na ausência do agente em extensão em agricultura (ASCAR, 1974 p. 33). Na mesma época, o presidente da associação deveria ser “preferentemente Engenheiro Agrônomo ou Médico Veterinário” (ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 10-11). Entre os anos de 1955 a 2010, nenhuma mulher assumiu como presidente da associação (EMATER/RS-ASCAR, 2005; SILVA, 2011), o que aconteceu de forma breve em 2010.

Uma entrevistada contou situações nas quais, o homem-técnico, se julga mais importante ao ponto de monopolizar o carro e parte de tecnologias de trabalho (computador e etc.), justamente pela crença de que é o âmbito “técnico” que sustentaria a EMATER/RS-ASCAR (Entrevistada nº 10, Maio/2017). Para outra colaboradora, funcionárias antigas precisavam lidar com outras ocupações que não apenas profissionais, incluindo a limpeza do escritório, a recepção das visitas com café e atividades semelhantes, até então encaradas como “funções

naturais das mulheres” (Entrevistada nº 9, Maio/2017). Vale citar que, até a década de 1970, as funcionárias do âmbito social da ASCAR seriam “impedidas de casar” ou até engravidar, havendo casos de demissão, haja visto que trabalhar tenderia a atrapalhar as suas ocupações e as suas funções como mãe e como esposa, e até meados da década de 1980, institucionalmente eram “proibidas de dirigir os veículos da empresa”, refletindo o machismo da época e, ao mesmo tempo, a histórica subordinação do “social” ante a ocupação técnica-produtiva (SILIPRANDI, 2002; CANELLAS, 2010).

Segundo entrevistadas, a hierarquização também se fazia lembrar no “reconhecimento” profissional das profissionais do âmbito “social”, na estrutura do plano de cargos e de salários, e na possibilidade de ascensão para cargos mais elevados (Entrevistadas nº 3, Abril/2017, 9, 10, 11, Maio/2017 e 15, Junho/2017). Haveria uma diferenciação de reconhecimento entre os cargos e as áreas de conhecimento, pois os agentes do “social”, a despeito de possuírem formação superior, como economia doméstica ou outras áreas ligadas ao magistério, não gozavam da mesma valorização que agrônomos, veterinários e etc., o que envolveria um acréscimo financeiro. Isso foi motivo para questionamentos e reivindicações internas, posto em questão apenas em 2010 (Entrevistada nº 11, Maio/2017).

Isso surge no relatório institucional de 2006. Na época, a EMATER/RS-ASCAR possuía 2.280 colaboradores, sendo que, do âmbito “técnico”, 22% possuíam formação superior em ciências agrárias (engenheiros agrônomos, florestais, médicos veterinários e outros) e 25% com formação de nível médio (técnicos agrícolas). O âmbito “social”, por sua vez, “cargo de nível médio na empresa”, corresponderia “a aproximadamente 18% do total de empregados, entretanto, a maioria desses profissionais” possuiriam alguma “graduação ou pós-graduação” (EMATER/RS-ASCAR, 2006 p. 23), mesmo que apenas 2% desses fossem reconhecidos como tal, desproporção significativa se considerarmos o levantamento feito pela Associação das Extensionistas Sociais da EMATER/RS-ASCAR (AESR), em abril de 2002, abrangendo cerca de 64% das extensionistas, que apontava o fato de “83% delas” serem “portadoras de diploma de curso superior” em diferentes áreas, “e 32% haviam realizado algum curso de pós-graduação” (SILIPRANDI, 2002 p. 48). Considerando que a

maioria de agentes do âmbito “social” eram e ainda são mulheres, essa desconsideração levava a maioria de mulheres vinculadas à associação a terem uma remuneração inferior.

No ano de 2006, no que tange a cargos superiores da associação, o percentual de ocupantes do sexo masculino equivalia a 82% dos postos, com apenas 18% para o feminino (EMATER/RS-ASCAR, 2006b). Haveria disparidade nas ocupações em cargos mais elevados, ocupados via indicação política até 2010. Para uma entrevistada, como as promoções envolveriam os critérios criados e as atividades coordenadas por homens, isso gerava uma “manipulação das mulheres” da área social (Entrevistada nº 11, Maio/2017). Em 2008, podemos ver que, no âmbito regional, considerada a estrutura meio da associação, havia 1 mulher para 9,8 homens atuando, e no âmbito central, que envolve a direção técnica, administrativa, a gerência técnica, a gerência de planejamento e outras, a proporção era de 1 mulher para cada 4,8 homens (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

Para uma entrevistada, ainda que as questões financeiras lhe causassem preocupação, outra forma de desvalorização seria mais inquietante: intelectual. Segundo sua análise, a “voz feminina” é “sempre questionada”. Por ser mulher, haveria uma desvalorização de seus conhecimentos técnicos, de sua dedicação, de seu estudo e de suas experiências práticas, que não seriam tão “aceitas” como a “fala masculina” (Entrevistada nº 10, Maio/2017). A fala de outra entrevistada ilustra a questão:

[...] estava dizendo outro dia para uma colega, tu pode dizer alguma coisa com tamanho conhecimento, ele passa despercebido, a hora que tu bota na boca de um colega homem ele toma uma outra proporção, uma outra verdade. [...] o tempo inteiro ocorre isso entende, o tempo inteiro. Isso que eu sou mais de me colocar. [...] Os colegas até estavam me contando que a colega da área social, ela é gerente adjunta e o outro é... ela construiu toda uma proposta e tal mas quem apresentou foi ele, na reunião (Entrevistada nº 11, Maio/2017).

Com a mudança gradual no quadro funcional da associação, mulheres assumiram como agentes do setor técnico-produtivo, enfrentando a resistência e a desconfiança dos assistidos em reuniões e em atividades (Entrevistadas nº 4, Abril/2017, e, 6, Maio/2017). Em um caso narrado, o agricultor assistido, após ter feito um projeto de crédito junto à agente da associação, apelava para o

técnico homem de outra cidade para que revisasse o projeto feito inicialmente, em manifesta desconfiança, o que cessou com o tempo (Entrevistada nº 4, Abril/2017). Segundo outra entrevistada, não raras vezes, quando vai a algum município dar palestras, “chega lá junto com os colegas e o prefeito recebe aberta a mão do colega, vira as costas (risos) como se tu fosses um nada entendeu... porque reconhece no homem a autoridade, não reconhece em ti”, e isso “não foi uma ou duas vezes” (Entrevistada nº 10, Maio/2017). É importante destacar que três entrevistadas contaram casos de tentativa de assédio, seja pelos colegas de trabalho, seja por agricultores assistidos. Os casos acabaram se “resolvendo” no âmbito em que aconteceram, entre os próprios colegas ou na relação com o agricultor. Apenas um caso teria sido relatado às instâncias superiores, podendo gerar repercussões.

Enfim, à complementaridade do trabalho mantido pelo setor “social”, se agrega uma subalternização de seus agentes em virtude de desqualificações de gênero, que pode gerar uma desvalorização intelectual, financeira, restrição aos cargos diretivos, casos de assédio, associação a atividades ligada à limpeza, cozinha e etc.

TEMPO DE METAMORFOSES: QUESTIONAMENTOS, EXIGÊNCIAS E O REPENSAR DO “SOCIAL” (1992-2017)

Desde sua fundação em 1955, o trabalho da ASCAR, e depois da EMATER/RS, não houve rupturas significativas até a década de 1990 e início do século XXI. As metamorfoses que a associação vem passando parecem estar vinculadas a fatores externos e internos à associação, provavelmente difíceis de mensurar em virtude do risco de reduzir uma realidade variada a pressuposições explicativas que associem causa-consequências de forma inocente. Isso significa dizer que, se procuro explorar o contexto e as implicações das transformações, preciso me despir de qualquer pretensão totalizante que esgote o assunto em questão. Entretanto, parece útil traçar questões que apoiem na compreensão do processo e de possíveis implicações. As metamorfoses na área “social” parecem ter passado por, no mínimo, três fatores diretamente inter-relacionados, aqui não listados segundo relevância: (i) o questionamento do caráter filantrópico que a ASCAR possuía desde 1961 em 1992; (ii) o alargamento do que até então era tido como a competência originária do trabalho

“social” da ASCAR a partir de 1999, reforçado com as mudanças nacionais que ganharam corpo a partir de 2003, e, especialmente, em 2010, com a Lei de ATER e a Política Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural; e (iii) conflitos e reivindicações entre funcionárias/os do “social”, que, somado às exigências nacionais e às mudanças em curso citadas, geraram mudanças na estrutura do plano de cargos e de salários da EMATER/RS-ASCAR.

No ano de 1961, a ABCAR e as suas afiliadas, dentre elas a ASCAR, foram consideradas órgãos de "utilidade pública" pelo governo federal, reconhecimento que teria do estado do RS em 1962. No ano de 1975, o Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura declarou a ASCAR como “entidade de fins filantrópicos” (ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011). A manutenção da ASCAR, logo da criação da EMATER/RS, em 1977, representou o peso que tal *status* tinha e tem para a manutenção da associação, haja vista possibilitar não apenas a isenção de contribuições sociais, a isenção da cota patronal das contribuições e etc., que, somadas, economizavam cerca de 25% da folha de pagamento da mesma (DEPONTI, 2010), mas também por viabilizar a priorização na celebração de convênios com o poder público (MDSA, 2017). Quando, no ano de 1992, a União inicia um litígio junto à associação (EMATER/RS-ASCAR, 2014), tem início um drama que, atualmente, se renova a cada três anos, quando a ASCAR e a EMATER/RS precisam justificar o caráter “social” do trabalho que mantêm, adequando-se às demandas e às exigências para sua certificação como organização socioassistencial, isso é, aquelas que sem fins lucrativos prestam atendimento e assessoramento a beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742/1993 – LOAS, buscando a defesa e a garantia de direitos (MDSA, 2017). Isso é reflexo de um cenário que envolve o questionamento dos paradigmas de extensão rural, em especial o esgotamento do modelo difusionista e produtivista que promoveu a modernização rural no Brasil (DIAS, 2007) e no estado do RS, e, em mesma medida, reestruturações do sistema de proteção social, como SUS, SUAS, que passavam a assumir competências que, até o momento, foram mantidos pelos serviços sociais da EMATER/RS-ASCAR, ainda que de forma não abrangente ou sistematizada.

Sem justificar o seu trabalho social, e, portanto, ter a Certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o futuro da associação era posto em dúvida. Mas isso não atinge apenas o futuro da EMATER/RS-ASCAR, talvez reflita mais seu “passado”, o trabalho que manteve e, em especial, a preponderância que ocupações “técnico-produtivas” historicamente assumiram. Se haveria um desprestígio ao âmbito “social”, esse questionamento do CEBAS da ASCAR exigia que tal desprestígio fosse questionado. A área “social”, até então submissa ao projeto que guiava a associação, agora representaria sua tábua de salvação. O tipo de abordagem precisava mudar, não caberia mais uma prática assistencialista focada na administração do lar, era necessário lidar com questões como o acesso e a ampliação de direitos, a emancipação social e a conquista de patamares de equidade e de justiça social. O quadro funcional, composto em sua maioria de agentes da área técnica, e o papel dos agentes do âmbito “social” precisaria ser repensado e readequado para fazer jus às novas exigências (Entrevistados/as, nº 9, 10, e 11, Maio/2017 e, 13 e 14, Junho/2017), mesmo que, em momentos de renovação do CEBAS, o foco no “social” tenha reduzido novamente em prol do privilégio a atividades “produtivas” (Entrevistada, nº 11, Maio/2017).

Nesse cenário, entre 1999-2002, na gestão do governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), a EMATER/RS-ASCAR passou por mudanças importantes, que inclusive seriam seguidas como um projeto nacional para os serviços de ATER a partir de 2003, consolidado em 2010 com a Lei de ATER e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Com o trabalho de um grupo de trabalho criado em 2002, houve um processo de alargamento do campo de trabalho do “social”. Manteve-se seu “tripé” saúde, alimentação e habitação, mas, sob sua responsabilidade, incorporou-se questões como geração de renda, por meio de atividades como agroindústrias, artesanato, turismo rural, plantas medicinais e etc. (SILIPRANDI, 2002); equidade de gênero, que, diferente do passado recente da associação, era idealizado promover a emancipação produtiva das mulheres rurais, incluindo a sua participação em conselhos, fóruns e etc.; e um trabalho com as populações tradicionais, como quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Esses desafios deveriam ser enfrentados pelo mesmo quadro funcional, incluindo

mulheres ligadas ao setor “social” que, considerando a estrutura do plano de cargos e de salários, tinham remuneração inferior e pouco acessavam cargos superiores. Será que o mesmo quadro funcional conseguiria responder os desafios que tal mudança antagônica trazia? Havia, e em boa medida ainda há, um descompasso entre o idealizado às assistidas e o tratamento que era dado às mulheres que prestavam serviço à associação.

O ano de 1988 marcou a criação da Associação de Extensionistas Sociais Rurais da EMATER/RS-ASCAR (AESR), mudando demandas e reivindicações ao longo dos anos, respondendo às diferenciações que as agentes do âmbito “social” sofriam e o tipo de trabalho mantido desde a sua criação. Além dessas reivindicações, um fator externo foi central para mudanças no plano de cargos e de salários: quando, da aprovação da Lei de ATER e da PNATER, em 2010, era transformada a forma de relação com a União, que não se daria mais de forma direta, para o qual, o recurso é repassado por um órgão centralizador como a ABCAR (1956-1974) ou a EMBRATER (1975-1990), mas através de chamadas públicas. Nessas chamadas, além de exigências e de critérios a serem cumpridos, como ter determinado quociente de mulheres no quadro funcional ou profissionais de determinadas áreas de conhecimento e etc., a associação precisava lidar com a concorrência aberta pelas chamadas, competindo pela mediação com ONGS, sindicatos e etc. (Entrevistado nº 5, Maio/2017). Esse cenário de questionamentos internos e exigências externas conduziu a uma revisão do plano de cargos e salários.

Não sem resistência, o ano de 2010 representou a abertura do primeiro processo seletivo para que agentes de campo postulassem cargos na regional, estrutura meio da EMATER/RS-ASCAR, até então apenas preenchido mediante indicação de instâncias superiores. No mesmo ano, há um reconhecimento da formação superior de profissionais do âmbito “social”, até então remunerados apenas como nível de ensino médio. As formações reconhecidas foram bem variadas, como economia, geografia, educação física e etc., em referência às profissionais que haviam ingressado com nível de magistério. Entretanto, para o plano de cargos e de salários, as ocupações na regional apenas poderiam ser preenchidas por áreas como pedagogia, enfermagem, nutrição e economia doméstica, fazendo jus ao que foi idealizado para o “social” na constituição da

ASCAR. Isso precisou ser superado através de um arranjo político entre os sindicatos dos engenheiros agrônomos (SENGE), empregados de empresas de assessoramento (SEMAPI), técnicos agrícolas (SINTARGS) e dos veterinários (SINVET), superando as restrições do plano de cargos e de salários e abrindo o concurso interno para o âmbito regional para os/as funcionários/as de campo (Entrevistada nº 11, Maio/2017). A política de recursos humanos da gestão de 2007/2010 da associação foi questionada em relatório realizado pela comissão externa para tratar sobre a situação complicada que passava a associação em virtude da perda do CEBAS (ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Oscilando entre redução e aumento da capacidade operativa, na gestão corporativa de 2011-2014 houve ingresso de cerca de 700 colaboradores, com quase 60% de agentes de campo. Há o ingresso de novos profissionais de ensino médio, técnico e superior no âmbito social, formados em áreas diversas como sociologia, pedagogia, serviço social, desenvolvimento rural e etc., homens e mulheres contratados e treinados em diretrizes institucionais inversas à lógica de antigos agentes. Esse processo de renovação dá continuidade a um processo gradual de perda da nitidez no esquema de gênero estabelecida na fundação da ASCAR, envolvendo ingresso de mulheres na área “técnica” e de homens na área “social” e de tentativas de superação dessa dicotomia através de novas áreas e de estratégias de ação transversais (como inclusão social e produtiva, por exemplo). Novas diretrizes, novas áreas de conhecimentos, novos agentes, novas ideias e exigências. Para algumas entrevistadas, mesmo com um documento denominado “Guia prático para as ações sociais” (2014), não teria sido discutido o “papel” dos novos profissionais que ingressavam, e, por conseguinte, sua atuação entrou em disputa com antigas colaboradoras que pregariam uma manutenção do tipo de trabalho que era realizado até então, o que por vezes seria compartilhado por mulheres assistidas (Entrevistadas nº 8, 9 e 11, Maio/2017). Temos um “tempo híbrido” onde são agenciadas diferentes percepções e ideais sobre o trabalho “social”.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Justificado pela promessa do desenvolvimento, as mulheres rurais foram naturalizadas como as responsáveis pela manutenção da vida, da moral e da civilidade. A mulher rural seria a figura capaz de, no papel idealizado, manter a saúde da população rural então assistida, o que traria benefícios em termos de produtividade. Para tal, foram associadas ao doméstico, a um papel reprodutivo, envolvendo subalternizações formais e informais entre assistidas e promotoras do desenvolvimento.

Entretanto, conseguimos notar que o “poder” não só restringe e inibe, ele também é produtivo, como Michel Foucault alertou, pois gerou novos discursos, novos tipos de conhecimento (economia doméstica), novos objetos de conhecimento (o “lar” e tudo ao que a ele se associa) e forma de novas práticas, incluindo metodologias e formas de fazer os serviços de ATER no que tange a temas como a administração do lar, a saúde e a alimentação, e instituições como a ASCAR, responsável por produzir, registrar, estabilizar, modificar e colocar em circulação discursos sobre as mulheres, por anos estimulando desigualdades de gênero. Dado os questionamentos externos e internos, a associação estaria em franca metamorfose, o que tem borrado de forma parcial e, ainda, insuficiente segundo as colaboradoras com as quais pude conversar, o histórico esquema de gênero, uma fonte de diferenciações e de subalternizações das mulheres extensionistas e seu trabalho. Está em curso um constante repensar do “social” e das condições de trabalho de extensionistas sociais, incluindo seu papel como mediadores, o que ganha ênfase com um maior ou menor suporte institucional dependendo da administração da associação. Dilemas e desafios contemporâneos que seguirei pesquisando.

REFERÊNCIAS

ASCAR. **ETA – Projeto 11 – ASCAR: um ano de trabalho com o agricultor**. Porto Alegre, RS, 1956, 12 p.

_____. **20 anos de extensão rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, 1968.

_____. **Análise da situação atual da área de bem-estar social e da função de agente de extensão em economia doméstica**. Porto Alegre, RS, 1974. 44 p.

_____. **Projeto ‘Melhoria das condições de vida da família rural’**. Porto Alegre, RS, 1974b. 12 p.

_____. **ASCAR: o que faz e como trabalha**. Porto Alegre, RS, 1975.

ABCAR. **Manual dos Clubes 4-S**. Série E, nº 1, 1959, 55 p.

- _____. **Manual para extensionistas:** Clubes 4-S. Série E, nº 1, 2ª Edição melhorada, 1964.
- _____. **A extensão rural no Brasil.** Rio de Janeiro, 1970.
- ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Final** da “Comissão de Representação Externa para tratar da situação pela qual passa a EMATER/RS”. Porto Alegre, RS, 2011.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. **Encontro de economia doméstica.** Rio de Janeiro, RJ: 1961. 93 p
- CANELLAS, Zacheu. **Abrindo a porteira:** uma memória da extensão rural no Rio Grande do Sul. Santa Maria, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010, 176 p.
- CAPORAL, Francisco. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RS), 1991.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, No.6: 153-172, enero-junio, 2007.
- DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.
- DIAS, Marcelo Miná. Extensão rural para qual desenvolvimento? **Seminário “Abordagens Atuais sobre Extensão Rural”**, Universidade Federal de Viçosa, Julho, p. 1-14, 2007.
- _____. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte: Vol. 1, Nº. 1, P. 101-114, Jan/Jun 2008.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980
- EMATER/RS-ASCAR. **O setor primário do Rio Grande do Sul:** Diagnóstico e perspectivas sócio-econômicas. Porto Alegre, 1991, 3º volume, Série Realidade Rural, 166 p.
- _____. **50 anos de Extensão Rural no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2005, 159 p.
- _____. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR.** 2ª Edição. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006. 83 p.
- _____. **Relatório de Responsabilidade Social.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006b, 63 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2008. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2009, 85 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2013. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2014. 141 p.
- _____. **Guia prático das ações sociais da EMATER/RS-ASCAR.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, Núcleo Social (NSO). 2014. 134 p.
- ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. **Série colonialidad/modernidad/descolonialidad.** Caracas, Venezuela, 2007, 424 p.
- FERGUSON, James. Anthropology and its evil twin: “development” in the constitution of a discipline. In: Edelman, Marc; Haugerud, Angelique. (Ed.). **The Anthropology of Development and Globalization: from Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism.** Malden, Blackwell, 2005, p. 140-153.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A; 2005.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016, 260 p.

LOPES, Maria de Fátima. **O Sorriso da Paineira**: Construção de Gênero em Universidade Rural. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, Dec. 2001

MDAS, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Privada do SUAS. **Cartilha Prática com perguntas e respostas destinadas às entidades de Assistência Social**, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 163 p., 2013.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil** (1948-1974). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 173 p., 2016.

RODRIGUES, Cyro M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n.1, p. 113-154, 1997.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002, p. 38-48.

SILVA, Marco Antônio Medronha da. **Histórias e estórias no sítio**: extensão e comunicação rural no RS. Brasília: ASBRAER, 2011, 104. p.

SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de economia doméstica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 9ª Edição, 1958, 237 p.

SPIVAK, Gayatri Chakrabarty. **Pode o subalterno falar?** Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNGER, Corinna. Histories of Development and Modernization: Findings, Reflections, Future Research, 2010. In: **H-Soz-Kult**. Acesso em: <<http://hsozkult.geschichte.hu-berlin.de/forum/2010-12-001>> em 12 de abril de 2017.

ZABALA, María Idoia Errazti. **La perspectiva de género en los análisis y en las políticas del Banco Mundial**: su evolución y sus límites. Universidad Del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2005, 462 p.